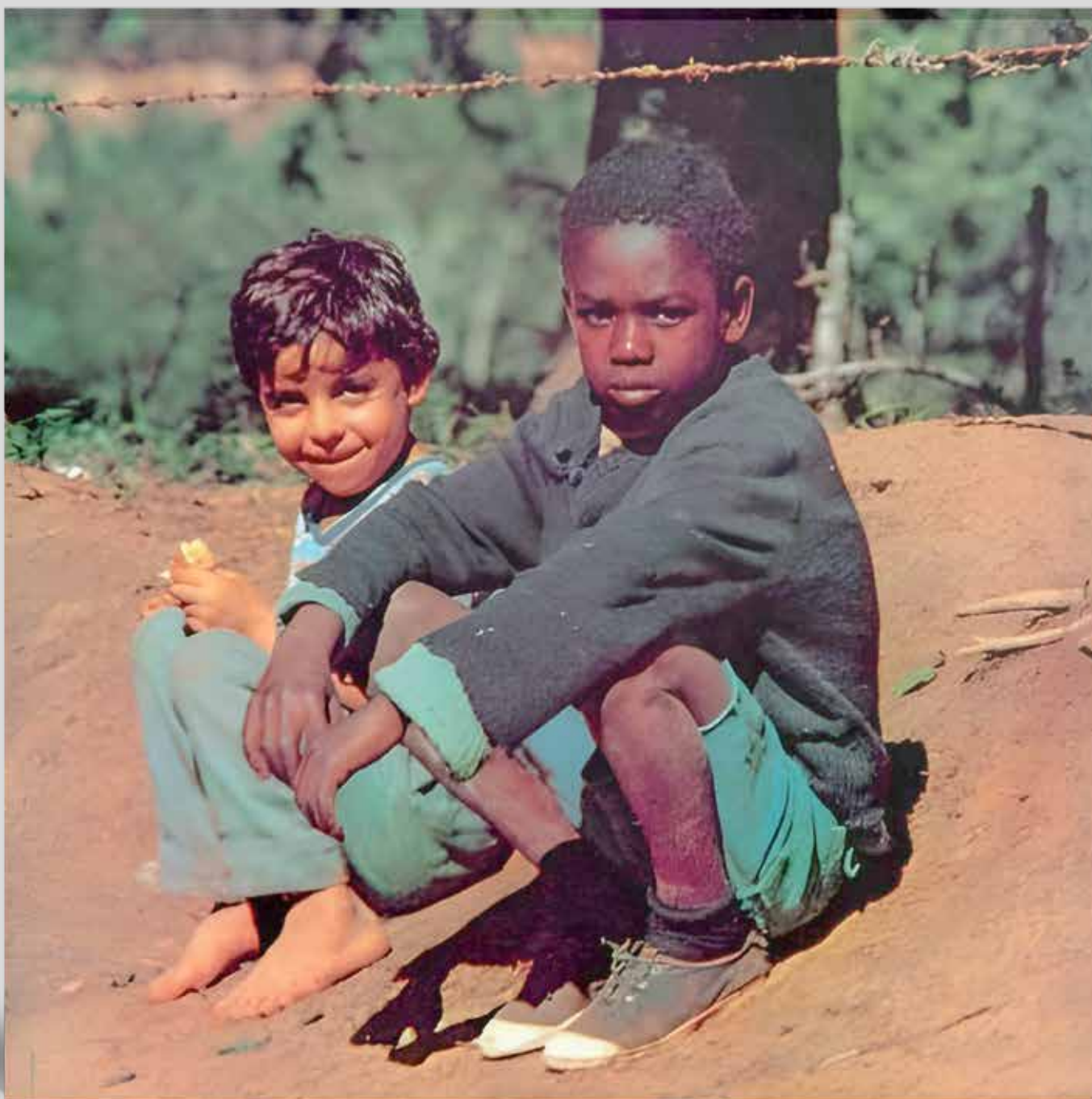




CAIS DA ESPERANÇA

Na mesma semana em que o Brasil chorou a morte de Lô Borges e se apavorou com a chacina dos complexos do Alemão e da Penha, a UFRJ mostrou suas múltiplas formas de combater a barbárie e fazer da Ciência um caminho de coragem e esperança, como nos belos versos da canção “Cais”, do histórico disco “Clube da Esquina”.

✓ **Cientistas criaram** um fórum para debater e propor pesquisas na área de Segurança Pública. A iniciativa, liderada pela AdUFRJ, reúne estudiosos do tema e organizações científicas do país.

✓ **A AdUFRJ condenou** a perseguição sofrida pela professora Jacqueline Muniz, da UFF, pesquisadora fortemente atacada depois de condenar a ação policial.

✓ **No Conselho Universitário**, estudantes, técnicos e docentes aprovaram as cotas trans na UFRJ. A decisão já vale para o próximo SiSU.

✓ **Jovens e brilhantes doutorandas** venceram o concurso 3MT pela criatividade de suas pesquisas.

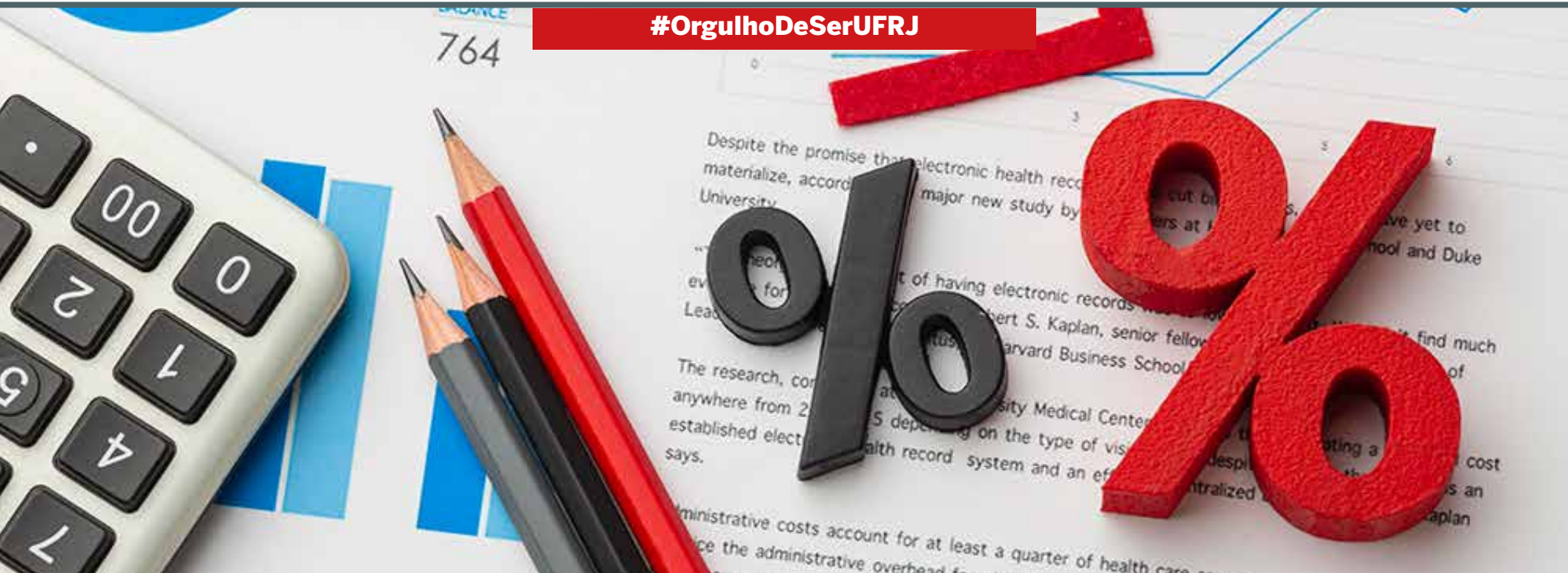
✓ **A universidade lançou a Minerva**, revista de divulgação científica, criada para amplificar os trabalhos e reflexões da comunidade acadêmica.

**Tenho o caminho
do que sempre quis**

**E um saveiro
pronto pra partir**

Invento o cais

**E sei a vez de
me lançar**



Pagamento de exercícios anteriores deve ser corrigido

> Jurídico da AdUFRJ orienta que professores devem buscar a correção de quantias pagas na última folha. Valores resultam de progressões ou abonos atrasados, entre outras causas, de antes de 2025

KELVIN MELO
kelvin@adufrrj.org.br

Professores que receberam quantias referentes a exercícios anteriores no último contracheque têm direito à correção monetária dos valores. O alerta é da assessoria jurídica da AdUFRJ.

“Tivemos ciência de que, no contracheque de novembro referente ao mês de outubro, foram pagos valores de exercícios anteriores, os conhecidos ‘exercícios findos’. Se a quantia paga corresponder apenas ao que foi reconhecido nestes anos, é possível buscar a atualização. Procurem a AdUFRJ”, afirma o advogado Renan Teixeira. “Normas do Tribunal de Contas da União (TCU) determinam que as parcelas sejam corrigidas até a data do efetivo pagamento”, completa.

Os valores dos “exercícios findos” podem ter as mais variadas origens, como progressões atrasadas, abonos ou adicionais de insalubridade. A professora Maria Lucia Bianconi, do Instituto de Bioquímica Médica, foi uma das beneficiadas por ter direito ao abono permanência — valor pago para quem já poderia se aposentar, mas decide continuar trabalhando — desde novembro de 2018.

Após um enorme esforço para

juntar documentos e entender os caminhos da burocracia interna, a docente conseguiu ingressar com o processo para o reconhecimento do abono em 2023. O que aconteceu em 10 de janeiro de 2024, por meio de uma notificação da UFRJ. Mas somente agora — quase dois anos depois — os valores foram depositados em sua conta. Maria Lucia não escondeu sua insatisfação com a demora e a falta de correção monetária da quantia.

“Ter que fazer um processo, quase que implorando para a universidade reconhecer algo que tenho direito por lei, já me fez um mal terrível. É um absurdo a papelada. Não entendo dessa parte e a universidade não te dá apoio”, afirmou. “Levam quase dois anos para me pagar sem correção. E, nesses 22 meses, ainda deixei de ganhar, porque não pude fazer qualquer tipo de investimento”.

Maria Lucia, que agora pretende ingressar na Justiça para buscar a correção dos atrasados, considera que os colegas não devem desistir de seus direitos. “Procurem ajuda da assessoria jurídica da AdUFRJ”, orientou.

Já o professor Samuel dos Santos Valença, do Instituto de Ciências Biomédicas, recebeu valores atrasados retroativos a progressões múltiplas. No último contracheque, constou o pagamento de Associado IV

e todas as diferenças devidas desde dezembro de 2017, quando havia sido promovido de Adjunto IV para Associado I. “Recebi, sem juros e correção monetária”, disse.

A correção no posicionamento da carreira demorou em função das regras internas que, ao longo dos últimos anos, sofreram grandes reviravoltas. As progressões múltiplas, permitidas em 2014, foram suspensas em 2020 pelo Consuni. Mas, graças a uma ação judicial da AdUFRJ, voltaram a acontecer desde o ano passado. O tempo afastado, que não poderia contar para a progressão funcional, também voltou a ser considerado durante o período.

“Viajei em missão para os EUA por quatro anos, em março de 2019. E a informação que eu tinha é que não poderia fazer progressão funcional em afastamento. O Consuni, nesse meio de caminho, também suspendeu as progressões múltiplas”, relatou Samuel.

Ao voltar, em 2023, o docente procurou a assessoria jurídica da AdUFRJ e foi orientado a fazer as progressões “em linha”. Samuel tinha produção acadêmica suficiente e o Consuni havia autorizado o período de afastamento para progressão funcional. “Entre na justiça e, em junho, saiu a sentença desfavorável. Mas a CPPD (Comissão Permanente de Pessoal Docente) aceitou minhas pro-

gressões. Fiquei até intrigado com isso”, disse. “Não se pode abrir mão daquilo que é direito. Se houver entendimento que é possível pedir a correção, ótimo, a gente pede”, completou.

A assessoria jurídica da AdUFRJ acrescenta que fez recurso contra a sentença do caso. “Alguns juízes de primeira instância entendem de forma desfavorável. Mas, nos tribunais, o entendimento é favorável. Ou seja: a decisão dele não é definitiva”, afirma o advogado Renan Teixeira.

PRÓ-REITORIA DE PESSOAL RESPONDE

Superintendente geral da pró-reitoria de Pessoal, Rafael Pereira esclareceu que a UFRJ não tem qualquer ingerência sobre os pagamentos de exercícios anteriores que superem os R\$ 5 mil — e que, em geral, representam a maioria das situações para os professores.

O Serviço Federal de Processamento de Dados (Serpro) realiza uma apuração mensal dos processos cadastrados no sistema do governo e, seguindo os critérios de uma portaria do antigo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (de 2012), faz as inclusões diretamente na folha dos beneficiários.

O problema é que os valores acima de R\$ 5 mil dependem da disponibilidade de recursos orçamentários. “Até R\$ 5 mil,

o servidor recebe na folha seguinte ao lançamento. Acima de R\$ 5 mil, obedece a alguns regimentos”, disse Rafael. “Em geral, liberam estes pagamentos duas a três vezes ao ano. Depende da disponibilidade orçamentária”.

A falta de correção dos valores é baseada em um ofício-circular do extinto Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado (MARE), de 1996. “Cada servidor que achar que está errado o pagamento deve entrar em contato através do e-mail atendimento@pr4.ufrj.br e informar o que considera estar errado”, orientou. “Será analisado e será respondido, caso a caso”.

A pró-reitoria não tinha como informar quantos professores foram beneficiados pelo pagamento de exercícios findos no último contracheque, até o fechamento desta edição, devido ao volume de trabalho para fechar a folha de dezembro e décimo terceiro.

COMO MARCAR ATENDIMENTO COM A ADUFRJ

Os plantões da assessoria jurídica acontecem às terças, quartas e quintas, de manhã e de tarde. O horário pode ser agendado por e-mail (atendimentojuridico@adufrrj.org.br) ou mensagem de whatsapp ((21) 99808-0672).

e o número de crianças e adolescentes de cada família.

O documento pode ser acessado em <https://forms.gle/o8qpr19VdkNc7vza8> e está disponível também no nosso site: www.adufrrj.org.br. Caso

a quantidade de inscrições exceda a capacidade do clube, adotaremos critérios de prioridade: primeiro, filhos de professores; em seguida netos, sobrinhos e demais dependentes.



Extrema direita tenta amordaçar cientista da UFF

> Jacqueline Muniz, especialista em segurança pública e em polícias, foi alvo de desinformação por redes bolsonaristas depois de criticar a megaoperação. Ela entrou em programa de proteção federal

SILVANA SÁ
silvana@adufrrj.org.br

Extrema direita fez novo alvo na academia. Depois de conceder entrevistas críticas ao resultado da megaoperação que matou ao menos 121 pessoas nos complexos do Alemão e da Penha, a professora Jacqueline Muniz, especialista em segurança pública, passou a ser hostilizada e ameaçada por perfis ligados ao bolsonarismo. “Sofri ameaças, tentativas de emboscadas”, desabafa a docente do Departamento de Segurança Pública da Universidade Federal Fluminense (UFF).

Um trecho de 15 segundos de sua fala foi retirado de contexto, quando ela ironizava a ideia de superioridade técnica do crime organizado. “Eu falei que até com um estilingue um policial tem condições de neutralizar um criminoso armado, por conta do seu treinamento tático”, explica. “Não basta o criminoso aprender a usar fuzil com tutorial em internet e treinar em lata no topo do morro. Precisa de resistência e condicionamento físico. Exige conhecimento técnico, mira, que fazem parte do treinamento do policial. Era sobre isso que eu falava”.

VIOLÊNCIA POLÍTICA

No sábado, 1º, enquanto almoçava num restaurante do Rio, a docente foi reconhecida, fotografada e suas imagens começaram a circular com sua localização. Os textos incentivavam violência física. A onda de ataques foi tão intensa, que Jacqueline pediu para ser inserida no Programa de Proteção aos Defensores de Direitos Humanos, vinculado ao Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania.

“Eu tenho consciência de que o que estou sofrendo é uma



violência política de gênero”, afirma. “Tem sido muito cansativo reunir todos esses ataques, constituir advogados. Atacam a minha vida, a minha rotina e envolvem todas essas dimensões que visam me apagar”, argumenta.

REAÇÃO DA ACADEMIA

A Universidade Federal Fluminense se solidarizou com a docente. “A instituição reitera seu repúdio a qualquer forma de intimidação ou tentativa de silenciar vozes comprometidas com o conhecimento e a defesa

dos Direitos Humanos”, diz trecho do documento.

A Aduff, seção sindical dos professores da Federal Fluminense, também divulgou nota em apoio à colega. “Essa investida é um ataque também contra a universidade pública e sua

capacidade de se manter crítica diante da barbárie”.

A diretoria da ADUFRJ também manifestou solidariedade e postou em suas redes: “A academia é local de produção de conhecimento e não pode ser calada pelo ódio”. Diversas outras sociedades científicas, de direitos humanos e ligadas à sociedade civil também prestaram apoio à docente.

TRAJETÓRIA DE 30 ANOS

A docente começou a atuar na linha de segurança pública ainda nos anos 1990. Desde 1995, estuda e oferece cursos para Polícias. “Ajudei a desenhar os protocolos que as polícias têm de operações especiais. Oriento policiais, dei aulas para polícias da América Latina inteira”, elenca. “Sob meu comando se descobriu a taxa de suicídio na polícia”, relembra.

Jacqueline afirma que o papel da universidade e dos pesquisadores é atuar para a garantia dos direitos e para a melhora da prestação dos serviços, inclusive de segurança pública. “O que a gente quer é aferir a qualidade da polícia e ajudar a constituir políticas sérias de segurança pública. Subsidiar as polícias tecnicamente para fazer seu trabalho com menor insegurança”.

NEGACIONISMO

Para a especialista, a onda de ataques é um sintoma de quem quer estabelecer o pensamento único. “Isso é totalitarismo”, diz. “Se você tem meta de apreensão, você vai fazer essa polícia rasgar a lei pra cumprir a meta. Há conhecimento acumulado sobre isso. Esse negacionismo tem uma intencionalidade política”, afirma. “Estão tentando destruir a liberdade de cátedra, o conhecimento científico”, defende a professora. “A universidade é o lugar do especialista. Não querem os dois lados. Querem um único lado, uma única narrativa, um lado possível, que é o deles”.

VEM AÍ A COLÔNIA DE FÉRIAS DA ADUFRJ

A diretoria da ADUFRJ estuda a viabilidade de oferecer aos dependentes dos professores sindicalizados uma colônia de férias no mês de janeiro.

A faixa etária atendida será

dos 5 aos 16 anos e as atividades deverão ser realizadas no Clube dos Funcionários da Petrobras (CEPE- Fundão).

Serão duas semanas de atividades, de 12 a 16 e de 19 a 23 de janeiro.

A ADUFRJ subsidiará parte dos custos com o espaço, alimentação e recreadores. Para dimensionar a estrutura necessária, o sindicato pede que seus filiados respondam a um formulário indicando o interesse



Ciência se articula em rede para enfrentar a violência

>Objetivo é ampliar os investimentos em editais e linhas de pesquisa sobre segurança pública para fomentar políticas baseadas em evidências científicas. Encontro aconteceu dia 1º, na UFRJ

SILVANA SÁ
silvana@adufrj.org.br

Renomados cientistas que atuam no estado do Rio de Janeiro se reuniram no último sábado, 1º de novembro, na UFRJ, para formar uma rede de pesquisadores contra a violência. A tese dos estudiosos é que a crise de segurança que assola o Rio de Janeiro não é um problema isolado e só poderá ser resolvida com políticas baseadas em evidências científicas.

O encontro foi organizado em resposta à chacina que vitimou pelo menos 121 pessoas no final de outubro. O plano de ação inclui, ainda, pressionar instituições financiadoras, como Capes, CNPq e BNDES, a abrirem editais de fomento específicos para pesquisas que discutam e proponham soluções para a segurança pública.

Mais de 80 pesquisadores de diferentes instituições do Rio de Janeiro, além de parlamentares e lideranças comunitárias, participaram do encontro. A ADUFRJ foi uma das organizadoras. “A ideia é que tenhamos recursos para que essa rede tenha condições de se estabelecer”, explicou a presidenta do sindicato, professora Ligia Bahia. “Nós precisamos intervir no debate público sobre segurança, mas também atuar na defesa dos direitos sociais”, resumiu.

Michel Gherman, 2º vice-presidente do sindicato, defendeu



“Nós precisamos intervir no debate público sobre segurança, mas também atuar na defesa dos direitos sociais”

LIGIA BAHIA
Presidenta da ADUFRJ

a importância de articular teoria e prática para combater a barbárie. “Nossa intenção é constituir um fórum de pesquisa, de política e de ação”, complementou.

Considerado um dos maiores especialistas em segurança pública do país, o antropólogo Luiz Eduardo Soares criticou duramente a operação realizada nos complexos do Alemão e da Penha. “Não é crível, não é verossímil, que alguém responsável possa acreditar que uma operação dessas tenha algum impacto além das mortes”, disse. “Portanto, trata-se de uma mudança de agenda pública. A soberania nacional estava ganhando cada vez mais espaço e, mais uma vez, o ‘coelho na cartola’ foi a carnificina, o banho de sangue”, concluiu.

EXTERMINIO

O sociólogo Ignácio Cano, professor do Instituto de Ciências Sociais da Uerj, apresentou indicadores de uma pesquisa realizada por seu grupo de estudo, que analisa o uso da força letal policial em nove países da América Latina. Um desses indicadores mede o número de mortos e o número de feridos numa ação. “Normalmente, em qualquer ação de conflito armado há um número maior de feridos do que de mortos, 1x3, 1x4”, disse. “Quando você tem mais mortos do que feridos, isso indica abuso da força letal e intenção de matar”, explicou. “Nesse massacre, eu não encontrei um suspeito ferido que sobreviveu. Temos 117 mortes de um lado e zero feridos. É muito exemplificador do grau de extermínio desse massacre”.

Para o professor João Trajano, do Instituto de Ciências Sociais

da Uerj, a defesa da ciência tem relação direta com a defesa da democracia. “Eu tenho a impressão de que temos um Estado Democrático de Direito circunscrito a determinados espaços da cidade e um Estado de Exceção permanente (nos territórios de favela). É isso que estamos vivendo e eu não sei como a gente sai disso”, desabafou o professor. “Do ponto de vista da comunicação, nós estamos perdendo essa disputa”.

REAÇÃO CONJUNTA

Além da ADUFRJ, outras instituições fizeram parte da organização do encontro, como a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência. Ana Tereza Vasconcelos, diretora da SBPC, leu trecho da nota assinada pelas direções da SBPC e ABC (Academia Brasileira de Ciências). “É urgente a revisão da política de segurança pública, substituindo a lógica de guerra pela da prevenção e da cidadania, bem como o acesso público a informações e pesquisas sobre a letalidade policial, condição essencial para um debate democrático e para a formulação de políticas baseadas em evidências”.

João Paulo Sinnecker, vice-diretor do Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas (CBPF), outra instituição organizadora do encontro, considera que o grande desafio é o diálogo constante entre a academia e a sociedade. “Como estabelecer esse diálogo, de forma a trazer evidências científicas concretas dos cami-

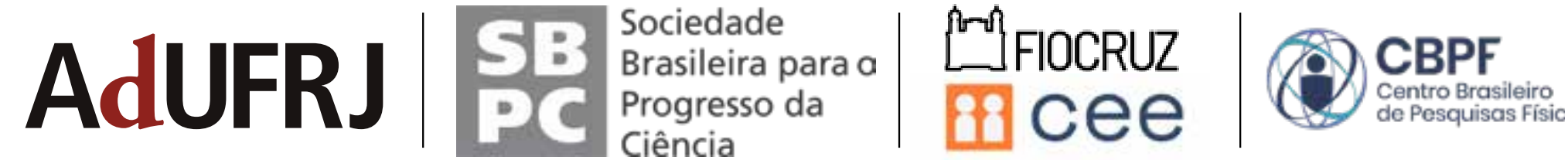
nhos que a gente pode seguir?”, questionou. “O CBPF se coloca à disposição para contribuir para dialogar com a sociedade e com quem está do lado oposto a nós”.

Alessandro Jatobá, coordenador adjunto do Centro de Estudos Estratégicos da Fiocruz, entidade também organizadora do evento, alertou para o impacto do negacionismo científico na formulação de políticas de segurança. “Esse cenário é especialmente estarecedor, mas não surpreendente. As evidências científicas são constantemente ignoradas na formulação de políticas públicas e há enormes críticas à atuação dos cientistas, como se a ciência não detivesse os métodos para compreender as realidades das comunidades brasileiras”, disse. “Precisamos combater de forma consistente esse discurso negacionista sobre o papel da ciência no desenvolvimento de políticas públicas”.

Diretor do Departamento de Ciências Sociais da PUC-Rio, o professor Marcelo Burgos comentou a pesquisa de opinião que revelou que 90% dos moradores de favelas são a favor de operações policiais. “Vai nos dando uma sensação de impotência, mas preciso lembrar que num país moldado pela escravidão, o que é novo é a luta por direitos. A necropolítica tem raízes profundas nesse país”, disse.

Veja na página 5 o documento síntese do encontro. Uma reunião da rede está sendo organizada e deve ocorrer ainda neste mês de novembro. A data e local ainda serão confirmados.

VEJA ABAIXO O DOCUMENTO SÍNTESE DO PRIMEIRO ENCONTRO DOS CIENTISTAS CONTRA A BARBÁRIE



A CIÊNCIA POR UMA SEGURANÇA PÚBLICA SEM BARBÁRIE

Informe sobre reunião A Ciência por uma Segurança Pública sem Barbárie, realizada no dia 01 de novembro de 2025, no Auditório Pedro Calmon, na UFRJ

A partir de encontro de pesquisadores e cientistas de diferentes instituições fluminenses, destacamos os principais pontos abordados quanto à última operação policial no Rio de Janeiro com um enorme número de mortos:

1. A operação reitera a percepção de que a democracia no Brasil segue incompleta.

2. Os preceitos previstos na Constituição de 1988 não chegaram à segurança pública e aos membros das camadas pobres da população brasileira.

3. Os pesquisadores entendem que o apoio de parcelas da população a ações como a ocorrida expressa o sentimento de desamparo frente ao controle territorial armado de grupos criminosos e a sensação de inexistência de alternativas públicas que lhes garantam os direitos previstos numa ordem democrática.

4. Há consenso sobre a natureza política e não policial da barbárie, atestada pelo apoio acrítico à chacina, declarado por governadores de oposição ao governo federal e alinhados ideologicamente ao governador fluminense.

5. Há o entendimento de que a ação contra o CV deve ser posta na perspectiva da exploração econômica dos territórios, praticada também por outros grupos armados.

6. Os resultados da operação, mensurados pela proporção entre número de feridos x mortos (poucos feridos) e número de mortes de “suspeitos” x policiais (32/1), atestam

inequivocamente o uso abusivo da força pelas corporações policiais.

7. Há a admissão de que políticas sociais são fundamentais e necessárias, mas não suficientes. É necessário reconstruir as bases de uma política de segurança pública que respeite os preceitos da Constituição em vigor. Para isso, entende-se que a ADPF 635 deve ser encarada como um ponto de partida importante, incluindo a exigência de que o Ministério Público desempenhe com rigor seu papel de fiscal externo das atividades policiais.

8. Houve indicação quanto à necessidade de se refletir (autocrítica) em relação às virtudes de experiências anteriores, como as UPP’s, alternativas à lógica das operações armadas e voltadas à redução da letalidade.

9. O carimbo “defensores de bandidos” aplicado às esquerdas é sim um problema. Pesquisadores não concordam com esse tipo de caracterização, enfatizando que, em geral, o campo da esquerda está preocupado com os direitos da população, frequentemente violados por operações policiais que não respeitam os moradores.

10. Os pesquisadores enfatizam sua preocupação com os policiais, que também são expostos por operações que, na prática, também os consideram “matáveis”.

11. Os pesquisadores rejeitam uso do termo “narcoterrorismo”, considerando-o completamente inadequado para definir organizações como o CV. Esse deslizamento semântico denota a clara intenção de criar um discurso favorável à internacionalização da segurança pública no Brasil, colocando-a no radar dos EUA.

12. Nesse momento parlamentares estão apoiando parentes das vítimas (possivelmente tal como as Mães de Acari, haverá desdobramentos).

13. Os parlamentares presentes no encontro manifestaram sua grande preocupação com a forma como está sendo feita a perícia dos corpos no IML, sem seguir protocolos técnicos, sem autonomia em face da polícia.

14. Reconheceu-se a importância de se investir em mais pesquisas, que qualifiquem os dados trazidos pelos grandes institutos, que tendem a sugerir um apoio sem crítica da população ao massacre realizado no Alemão.

15. As entidades organizadoras do encontro, e outras que o apoiaram, têm a intenção de captar recursos para financiar um fórum de estudos sobre segurança pública, a partir de uma compreensão de que ela precisa ser articulada com as pautas relacionadas à questão tributária, educação, saúde.



SEMINÁRIO LEMBRA OS 50 ANOS DA MORTE DE VLADIMIR HERZOG

A atuação profissional e política do jornalista Vladimir Herzog e a dimensão de seu assassinato para a construção da resistência democrática contra a ditadura militar no Brasil nortearam os debates do seminário “50 anos por Vladimir Herzog”, realizado no sábado (1º), na Associação Scholem Aleichem (ASA), em Botafogo, Zona Sul do Rio. O evento marcou os 50 anos da morte de Vlado, e foi organizado pela ASA e pelo Núcleo Interdisciplinar de Estudos Judaicos (NIEJ) da UFRJ, com apoio da ADUFRJ.

Ao abrir os trabalhos, o professor Michel Gherman, 2º vice-presidente da ADUFRJ e pesquisador do NIEJ, traçou um paralelo entre o caso Herzog e as mais de 120 mortes na operação policial nos complexos do Alemão e da Penha, no último dia 28. “A execução extrajudicial dessas 120 pessoas, 50 anos depois do assassinato de Herzog, nos leva a refletir sobre os limites da violência do Estado brasileiro contra a nossa população desde o período escravocrata”, comentou.

Na mesa de abertura, as historiadoras Maria Paula Nascimento Araujo (UFRJ) e Esther Kuperman (Colégio Pedro II) lembraram que

a morte de Herzog ocorreu num contexto em que a esquerda brasileira fazia a autocrítica da luta armada e iniciava a organização dos movimentos sociais. “Foi um momento de efervescência política, desde a reorganização dos sindicatos até o surgimento da imprensa alternativa”, lembrou Maria Paula.

Os historiadores Daniel Aarão Reis (UFF) e Dulce Pandolfi (FGV) dividiram com o jornalista Luiz Carlos Azezo a mesa “Herzog: um catalisador na luta pela democracia”. Azezo lembrou a perseguição ao Partido Comunista Brasileiro (PCB), ao qual Herzog se filiou

nos anos 1970, feita pelo governo do general Ernesto Geisel a partir de 1973.

A terceira mesa abordou as relações entre a identidade judaica de Herzog e sua atuação política. Para Michel Gherman, o antissemitismo tem forte ligação com a perseguição aos comunistas pelo regime militar. “A figura de Vladimir Herzog não está na gramática política do inimigo do Estado. Era uma pessoa ligada ao Partido Comunista, mas que não teve atuação na luta armada. Sua morte reafirma a ligação do antissemitismo com o regime militar”, disse o professor. A advogada Flora

Strozenberg concordou: “Tenho 81 anos, e milito desde os 11. A morte de Herzog foi muito ligada ao antissemitismo”.

Vladimir Herzog foi assassinado no antigo prédio do DOI-CODI, em São Paulo, em 25 de outubro de 1975. Ele era então diretor de Jornalismo da TV Cultura e tinha 38 anos. Em 1978, o juiz Márcio José de Moraes condenou a União pela prisão ilegal, tortura e morte de Herzog. Somente em 2009 o Estado brasileiro reconheceu oficialmente que Herzog fora assassinado sob tortura.

(Alexandre Medeiros)

3MT consagra três jovens pesquisadoras da UFRJ

> Primeira edição do concurso, que é sucesso em mais de 85 países, revela diversidade de estudos da maior federal do Brasil e mostra a força da presença feminina em todas as áreas do conhecimento

ALEXANDRE MEDEIROS
comunica@adufRJ.org.br

Ela começou falando da saúde que sente da mãe, da comida e do clima de sua terra natal. Passou então a descrever os males causados à atmosfera pelo gás carbônico, que qualificou como “o vilão do efeito estufa”. Mas que também pode ser um herói, desde que capturado e reintroduzido na cadeia industrial, reduzindo os efeitos das mudanças climáticas. E tudo isso em exatos 2m49s.

A dona desse feito admirável é a doutoranda Ana Luiza Ribeiro Gomes, goiana de Anápolis, de 25 anos, aluna do Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Processos Químicos e Bioquímicos da UFRJ. Com a apresentação de sua tese sobre o desenvolvimento de materiais para captura de CO₂, ela foi a vencedora da área de Engenharias, Ciências Exatas e da Terra da primeira edição do concurso “3 Minutos de Tese” na UFRJ. A final, disputada por 21 doutorandos em três grandes áreas do conhecimento, lotou o Auditório Horta Barbosa, no CT da Cidade Universitária, na tarde de quinta-feira (30).

Ao lado de Loreena Klein, primeira colocada na área de Ciências Agrárias, Biológicas e da Saúde, e de Wanessa Machado, na área de Ciências Humanas, Ana Luiza levou um prêmio de R\$ 5 mil e a certeza de que todo o esforço de sair de Anápolis com 18 anos para iniciar a graduação da UFRJ valeu a pena. “Esse prêmio representa uma luta de anos, e sei que essa pesquisa que desenvolvo vai trazer um retorno para a sociedade, não só para a academia. Sinto muita saudade da minha terra, mas fiz uma escolha e tenho o apoio da minha família”, disse Ana Luiza.

PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO Inspirado no modelo internacional criado pela Universidade de Queensland, na Austrália, o 3MT está hoje presente em mais de 85 países. Na UFRJ, o concurso foi realizado em parceria com o Fórum de Ciência e Cultura (FCC) e a Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa (PR-2). Foram 237 inscritos. Em apenas três minutos, os participantes tiveram de explicar no palco a sua tese de doutorado, para avaliação de um corpo de jurados e da plateia, que deu

notas de 5 a 10 por meio de um sistema digital.

Emocionada diante da presença de alunos de três escolas públicas — Colégio Pedro II (Campus Realengo), CIEP Ernesto Che Guevara, de Belford Roxo (RJ) e Escola Estadual Marechal Zenóbio da Costa, de Nilópolis (RJ) —, a coordenadora do FCC, professora Christine Ruta, disse que o projeto é uma celebração à Ciência e à Educação: “O concurso reafirma o papel público da UFRJ como produtora e difusora de conhecimento. Que essa juventude que está aqui hoje possa se inspirar nesses jovens cientistas e venha para a universidade”.

Integrante do corpo de jurados — assim como a vice-reitora Cássia Turci —, o reitor da UFRJ, professor Roberto Medronho, saudou a diversidade na produção de conhecimento da universidade. “Um antigo professor meu dizia que quem sabe explica de forma simples. E esse concurso estimula exatamente isso. Fiquei impressionado com a qualidade das apresentações e das pesquisas que desenvolvemos em várias áreas. Estamos aqui produzindo conhecimento para mudar a vida das pessoas”, pontuou o reitor.

DISPUTA ACIRRADA

Na área de Ciências Agrárias, Biológicas e da Saúde, a doutoranda Loreena Klein venceu a disputa com sua tese sobre novas terapias para a reversão de perdas visuais graves, como a causada pelo glaucoma. Ela comparou o funcionamento da visão a uma cozinha, com chefes e ajudantes, e foi muito aplaudida pela plateia pela comparação, que tornou fácil o entendimento de um tema tão complexo.

“Achei incrível a iniciativa de passar conhecimento de uma forma didática, foi muito emocionante para mim comunicar meu trabalho dessa forma. Quero continuar comunicando a Ciência, dando aulas, palestras, levando-a a todas as pessoas”, disse Loreena, aluna do Programa de Pós-Graduação em Ciências Biológicas do IBCCF.

Já na área de Ciências Humanas, a primeira colocada foi Wanessa Machado, a última finalista a subir ao palco. Atriz e doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Educação, Gestão e Difusão de Biociências do IBqM, ela usou menos de três minutos para sua tese, que tem como objetivo elaborar um protocolo de formação de professores de Ciências para



FOTOS: JOÃO LAET

A FORÇA DA SAUDE Goiana de Anápolis, Ana Luiza encantou a plateia lembrando o clima de sua terra



O concurso reafirma o papel público da UFRJ como produtora e difusora de conhecimento. Que essa juventude que está aqui hoje possa se inspirar nesses jovens cientistas e venha para a universidade”

CHRISTINE RUTA
Professora de Biologia e coordenadora do FCC

que integrem o teatro de forma simples e eficaz em suas aulas. Tudo a ver com o 3MT.

Diante da qualidade das apresentações dos 21 finalistas, a coordenação do concurso anunciou prêmios também para os segundos e terceiros colocados de cada área — respectivamente, R\$ 2,5 mil e R\$ 1 mil —, não previstos inicialmente. O corpo de jurados, cuja avaliação re-



CRIATIVIDADE Loreena venceu comparando a visão a uma cozinha



TEATRAL A atriz Wanessa quer tornar lúdicas as aulas de Ciências

presentava 70% da nota final de cada participante, contou com a participação de pesos-pesados da academia e da área da Educação, como Muniz Sodré, Paulo Baía, Nelson Maculan, Ricardo Medronho, Nedir do Espírito Santo e Eleonora Kurtenbach. Também integraram o júri a reitora do Colégio Pedro II, Ana Paula Giroux, o vice-reitor da Uerj, Bruno Deusdará, e o diretor de Programas e Bolsas das Capes, Luiz Pessan.

Para o pró-reitor de Pós-Gra-

duação e Pesquisa, professor João Torres, a participação dos técnicos da UFRJ na seleção dos finalistas foi fundamental. “Fiquei impressionado com o empenho dos técnicos, eles tiveram um papel de destaque nesse concurso”, disse o pró-reitor. Ele citou o exemplo do superintendente geral de Planejamento e Desenvolvimento da PR-3, George Pereira, que bateu um recorde: fez 121 avaliações das apresentações em vídeos dos candidatos.



KELVIN MELO
kelvin@adufRJ.org.br

Ninguém vai impedir/A universidade agora é trans e travesti/E não-bi-ná-rie!”. Com esse animado canto, dezenas de estudantes saudaram a aprovação das cotas para pessoas trans na UFRJ em uma lotada e histórica reunião do Conselho Universitário do último dia 30. A política afirmativa reserva, no mínimo, 2% das vagas para cada curso e turno de graduação ou programa de pós-graduação stricto sensu.

Para a graduação, a medida valerá já para o próximo Sistema de Seleção Unificada (SISU), com entrada de estudantes para 2026. Quando o índice aplicado sobre a oferta de vagas resultar em número fracionado, será adotado o número inteiro imediatamente superior.

A mesma regra será utilizada nos editais da pós-graduação, mas ainda haverá uma regulamentação pelo Conselho de Ensino para Graduados (CEPG). A pró-reitoria de Pós-graduação e Pesquisa informou à reportagem que a Resolução CEPG nº 118/2022, sobre ações afirmativas, precisará ser revisada.

A aprovação das cotas trans acabou se tornando uma resposta simbólica da universidade à maior chacina da história do Rio de Janeiro, dois dias antes. “É inadmissível que o Estado só entre na favela com política de morte. Nunca entra com equipamento de saúde, de cultura, de educação. Quando a gente fala de cotas trans, a gente fala exatamente sobre acesso à saúde, cultura, educação e arte. A gente fala sobre viver e viver bem”, afirmou a conselheira discente Arthura Rocha, primeira representante trans da história do Consuni. “A gente defende a ação afirmativa porque queremos que a favela esteja aqui dentro da universidade. E não na mira do fuzil”, completou.

Arthura avalia que as novas

cotas, além de ampliar a diversificação do corpo social da UFRJ, também poderão levar a um aumento de representatividade nos colegiados e cargos de poder da instituição. “Sou a primeira pessoa trans, travesti e não binária a ocupar este conselho. E, provavelmente, não serei a última. Espero não ser a última”, disse. “Consigo imaginar facilmente uma UFRJ com cada vez mais professores e técnicos trans, travestis e não binários. Inclusive uma reitoria, quem sabe?”, questionou.

A votação chamou atenção de fora da universidade. Primeira mulher trans eleita para a Alerj e primeira doutora trans formada pela UFRJ, Dani Balbi compareceu à reunião para falar aos conselheiros. “A adoção de cotas trans é fundamental para a vida dessas pessoas. E a qualidade da universidade melhora, quanto mais diversa ela é. Novas linhas de pesquisa surgirão a partir da diversificação do corpo social desta universidade”, disse.

Depois, em suas redes sociais, a deputada comemorou o resultado: “Essa é mais uma vitória

UNIVERSIDADE TRANSFORMADA

da luta por uma educação verdadeiramente inclusiva. Seguiremos firmes, com coragem e esperança, para que todas, todos e todes tenham oportunidades e mais direitos”, afirmou.

CONTRA A VIOLÊNCIA

Por 16 anos consecutivos, o Brasil é o país que mais assassina pessoas trans e travestis no mundo. O triste dado foi lembrado, entre outros conselheiros, pela pró-reitora de Graduação, professora Maria Fernanda Quintela, para justificar a aprovação das cotas trans. “A UFRJ contribuirá para o enfrentamento de um quadro comprovado de exclusão e violência, documentado pelos principais observatórios de direitos humanos do Brasil”.

A medida teve o apoio também da pró-reitoria de Pós-graduação e Pesquisa. O pró-reitor João Torres informou que o Conselho de Ensino para Graduados aprovou uma carta de apoio às cotas para pessoas trans — e também para quilombolas e refugiados — nos programas de pós da universidade, no fim do

COMO VAI FUNCIONAR?

No acesso aos cursos de graduação, as pessoas trans contempladas serão aquelas que tiverem cursado o ensino médio integralmente em escola pública ou em escola comunitária que atua em educação do campo, conveniada com o poder público.

■ O índice de 2%, já adotado por outras universidades, é baseado em estimativas de pessoas trans na população brasileira. Na UFRJ, o percentual será reavaliado pelo Conselho Universitário a cada dez anos ou de acordo com os dados mais recentes do Censo Demográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

■ A reserva de vagas para pessoas trans não vai afetar o quantitativo das demais políticas afirmativas previstas em lei. A pessoa trans concorrerá, concomitantemente, às vagas reservadas e às vagas destinadas à ampla concorrência. A vaga reservada a pessoas trans não ocupada por ausência de candidato habilitado, em determinado curso, turno e local de oferta, será remanejada para a ampla concorrência.

■ Poderá concorrer às vagas reservadas à pessoa trans aquela que autodeclarar essa identidade no ato da inscrição, devendo validar essa condição posteriormente com documentação que será definida pela Superintendência Geral de Ações Afirmativas, Diversidade e Acessibilidade (SGAADA).

■ A comprovação da elegibilidade à vaga reservada a pessoas trans e sua ratificação será realizada por Comissões de Validação das Ações Afirmativas instituída pela Reitoria da UFRJ e será disciplinada no edital do processo seletivo.

■ A nova resolução foi publicada no Boletim da UFRJ no dia 3 e pode ser consultada, na íntegra, pelo site do Conselho Universitário.



MINERVA CHEGOU!



ALEXANDRE MEDEIROS
comunica@adufrj.org.br

Os poderosos versos da ópera moçambicana “O Grito de Mueda”, cantados pelo Grupo Brasil Ensemble da Escola de Música, emolduraram o lançamento do ecossistema de divulgação científica da UFRJ, nesta quarta-feira (5), na Casa da Ciência da UFRJ, em Botafogo. O carro-chefe do projeto é a revista bimestral Minerva, de 60 páginas, cujo primeiro número foi distribuído aos convidados. A iniciativa é coordenada pela Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa (PR-2). “A revista Minerva é um convite aos pesquisadores da UFRJ para que contem as suas histórias. Quero que com ela a UFRJ se mostre mais para o público externo e também para nós mesmos”, convocou o pró-reitor de Pós-Graduação e Pesquisa, professor João Torres, na abertura do lançamento. O editor-chefe Paulo Rossi e o editor de

Arte, André Hippertt, apresentaram aos convidados não só a revista, mas toda a gama de produtos e ações do Ecossistema Minerva. Entre essas iniciativas estão uma versão infantil da revista (a Minervinha), um portal na Internet, um banco de fontes de pesquisadores da UFRJ e um podcast, entre outras. A matéria de abertura da primeira edição da revista aborda a escolha da deusa Minerva como símbolo da UFRJ, uma história que começou em 1925. A principal atração da cerimônia de lançamento foi um bate-papo com os pesquisadores Luiz Davidovich, do Instituto de Física, e Tatiana Sampaio, do Instituto de Ciências Biomédicas, mediado pelo reitor Roberto Medronho. Ambos falaram não apenas sobre suas pesquisas, mas sobretudo sobre suas trajetórias na UFRJ e o cotidiano em laboratórios e salas de aula. A pesquisa de Tatiana sobre a polilaminina, com promissor potencial regenerativo do sistema nervoso periférico, é tema de reportagem na edição de estreia da revista Minerva.

